

Relações políticas entre nativos Kaingang, fazendeiros e poder público provincial e imperial (1808-1861)

Aline Ramos Francisco - doutoranda PPGH/PUCRS – CNPq.
Orientadora: Dra. Maria Cristina dos Santos

Introdução

Nesta comunicação pretendemos analisar as relações políticas desenvolvidas entre nativos Jê com moradores e o poder público no Planalto da então Província de São Pedro. Faremos isto de forma geral, e, depois, particular, focando em um só grupo e sua experiência. Consideramos que o texto adequa-se ao tema do Simpósio: “Os índios e o Atlântico” devido à relação entre as “Guerras Justas” decretadas por D. João VI na ocasião que a corte de Lisboa transferiu-se para o Brasil e a intensificação das relações da sociedade ocidental com nativos denominados Kaingang através da ocupação e exploração do território.

Consideramos que o estabelecimento de relações políticas entre estes nativos e o poder público foi antecipada e intermediada devido às relações daqueles com particulares moradores da região. Esta situação, por sua vez, foi engendrada por acontecimentos anteriores que produziram impacto nas relações sociais. A importância das Missões Jesuíticas na região extrapolou os limites da redução, manifestando-se na transformação de toda a economia local, deixando assim a cultura da pecuária e da erva-mate presentes.

Após a conquista das Missões aos missionários, houve transformações nas relações políticas e econômicas sendo que o evento da guerra justa declarada em 1808 pelo príncipe regente alterou relações estabelecidas, provocando lutas entre nativos pelo território, bem como determinou o processo de aldeamento no planalto meridional das populações Kaingang.

Entretanto, pretende-se tratar mais especialmente da experiência do grupo Kaingang habitante na Guarita, próxima a Cruz Alta. O grupo do chefe Fongue¹ havia estabelecido certas alianças com alguns fazendeiros locais para atividades produtivas, em especial a colheita e beneficiamento da erva-mate. Após seu aldeamento pelo

¹ O chefe Kaingang Fongue tinha sua aldeia ou toldo no local chamado Guarita, próximo à cidade de Cruz Alta. Este local ainda está dentro do antigo território missioneiro. Este chefe iniciou negociações com fazendeiros e extrativistas locais. Tendo falecido em 1853, seus descendentes permaneceram em certas alianças com alguns fazendeiros e a ampliaram com relação ao poder público.

governo provincial, em 1847/8, este grupo estabeleceu alianças então com o poder público, o que culminou com alianças políticas que possibilitaram a inclusão destes nativos no exército brasileiro quando da Campanha contra Rosas, e, mais tarde, parte do mesmo grupo formou parte de uma companhia na Guerra do Paraguai. Também, estes grupos coadjuvaram na guarda dos ervais entre os atuais estados do Paraná e do Rio Grande do Sul, os quais eram cobiçados por correntinos.

Desta forma, pretendemos avaliar as alianças políticas estabelecidas entre nativos e poder público para salvaguardar riquezas do seu território e defesa do mesmo, atuando estes indígenas, assim, em âmbito regional e nacional.

Fontes e metodologia

O principal corpo documental deste estudo são os documentos das “aldeias da província”, constantes no Arquivo Histórico do RS sob o selo “Catequese e Civilização dos Indígenas”, contendo relatórios do diretor geral, dos diretores de cada aldeia, e de missionários. Trabalhamos com ofícios dos Governantes, falas e relatórios dos Presidentes da Província, correspondências dos Comandantes de fronteira, registros das Delegacias e Sub-Delegacias de Polícia e da Justiça. Há informações também em documentos cartoriais do Juízo de órfãos no Arquivo Público do Estado.

Analisando documentos da administração geral, percebe-se que há muitas informações relativas aos indígenas, indicando que os indígenas e suas relações com o Estado e com moradores não se restringiam ao aldeamento, mas ocorriam em várias esferas da vida econômica e social da Província. Ainda, registros de viajantes, cronistas e memorialistas dos séculos XVIII e XIX, juntamente com as outras, auxiliam na percepção das condições específicas e momentos distintos nas relações entre os grupos durante a colonização.

A análise do conteúdo dos documentos procura problematizá-los através da articulação entre história e antropologia, procurando entender culturas e etnias como produtos históricos, dinâmicos e flexíveis, construídos e remodelados conforme circunstâncias específicas. Mesmo através de documentos administrativos escritos por ocidentais, pode-se perceber ao menos parte destas relações em funcionamento. Para perceber as opções dos nativos e o sentido da condução de sua política de alianças ou

ataques, é necessário ampliar a análise através de vários tipos de informações contemporâneas, e seus dados devem ser cotejados com generalizações e informações etnográficas.

A mudança de perspectiva da história e da antropologia em relação aos nativos, o crescimento populacional indígena e ainda a emergência de novas etnicidades, relacionada com as possibilidades de reconhecimento de seus direitos territoriais, levaram os pesquisadores a mudarem pressupostos sobre as populações indígenas e a buscarem novas abordagens teóricas. O primeiro, e talvez, o principal pressuposto sobre populações nativas na historiografia brasileira a ser desacreditado foi o do desaparecimento físico e cultural dos povos indígenas. Trabalhos embasados em rica documentação atestam a fundamental importância da participação indígena em sociedades construídas a partir da expansão ocidental. Exemplos são as pesquisas e teses de Monteiro (1998; 2001), Farage (1991) e Almeida (2003). Especificamente sobre o Rio Grande do Sul, há a recente tese publicada de Elisa Garcia (2007), que trata das estratégias dos Guarani missioneiros em suas relações políticas com a Corte de Lisboa.

Espera-se apreender a dinâmica das intensas relações havidas entre nativos Kaingang e a sociedade ocidental. Percebe-se que as escolhas políticas dos envolvidos foram motivadas mais por contextos sociais e políticos específicos e menos por “pautas culturais” tradicionais. Pretende-se perceber os interesses e opções das populações nativas no desenvolvimento de relações políticas e econômicas com moradores locais e o poder público da Província e do Império, em circunstâncias específicas, analisando seu jogo e transformações ao longo do século.

Conquista e ocupação

No período após a conquista das Missões Jesuíticas, muitos indígenas das Missões engendraram relações de trabalho com os “conquistadores”, bem como se intensificaram as relações entre “infiéis” e missioneiros, nos povoados e estâncias na região missioneira. Outros grupos, porém, estabeleceram-se em pontos diversos, não deixando, necessariamente, de manter contatos com a sociedade regional, inclusive aqueles estabelecidos no território português. As relações políticas entre os missioneiros

e o poder luso brasileiro foram forjadas após a conquista das terras das missões e determinaram acordos em certa medida vantajosos aos indígenas. (Garcia, 2007, pp.242, 243).

Considerando a existência de um território propriamente Jê no Planalto Meridional e a conjuntura formada a partir do início do século XVIII, com o impacto das Reduções Jesuíticas na economia regional, percebemos que foi intensa a relação que grupos reduzidos ou não, mantiveram com esta. A diversidade e o entrelaçamento de missioneiros com outras populações, entre elas os Kaingang, eram mais intensas nas capelas e povoados das estâncias e ervais missioneiros que constituíam a produção econômica entre o interior das reduções até os limites do território espanhol. (Baptista & Santos, 2007, p.245-6)

Na região do planalto, muitos grupos indígenas continuaram a explorar a ervamate, empregando-se como jornaleiros a fazendeiros e extrativistas da região, uma vez que até 1860 a exploração dos ervais públicos continuava a ser explorada de forma relativamente livre, enquanto que já na década de 1850 os campos nativos estavam já todos apropriados. (AHRN – Autos de Legitimação de Posses. 1872/1874). Nas proximidades de Guarita, onde, em 1848 foi criado um aldeamento para Kaingang, encontravam-se ervais que, durante o período jesuítico foram explorados por missioneiros e disputada a posse da área com infieis do planalto.

Entre 1768 e 1774 o governo de São Paulo enviou onze expedições militares que partiram de povoados do atual Paraná na intenção de ocupar e explorara os “Campos de Guarapuava”. (Mota, 1994).

Durante a ocupação ocorreram muitos ataques aos povoados próximos aos matos, em resposta à ocupação particular que ocorria nas terras ocupadas pelos nativos. O relato do desdobramento de um ataque de *gentios* ocorrido em 1779 nos “Campos de Vacaria dos Pinhais” evidencia também os revides dos civilizados:

“chegou-me a notícia de dar o Gentio nas Fazendas dos Fundos de Vaqueria, que se divide com esta, onde fizeram mortes e grande estrago; e com este temor se tem despovoado, e ajuntado um pequeno Corpo daqueles moradores, e dando neles mataram setenta e oito, e os que escaparam se reforçaram com maior número, e voltaram a darem em outras Fazendas, que já tinham despovoado”².

² Correspondência de 09/11/1780, de Veiga Cabral ao Vice-Rei Luiz de Vasconcelos. In: Duarte, 1945:33-35.

A Carta Régia de 1808 assinada pelo recém-chegado príncipe regente D. João VI determinou a maior ofensiva militar aos chamados Campos de Guarapuava no Paraná, centro do território Kaingang. No intuito de ocupar a área até as Missões dos Sete Povos, entre 1808 e 1812, houve a conquista militar lusa da região. Entre 1808 e 1810, com enorme poderio bélico, expedições militares submeteram as populações Kaingang, originando situações de servidão e o aldeamento, através de acordos. A escravidão controlada por luso-brasileiros, conjuntamente com alianças e o controle de certas aldeias Kaingang, foi um sistema articulado a partir das guerras justas contra os “*Botocudos e Bugres, seus vizinhos*”, declaradas pelas Cartas Régias de 1808 com o objetivo de explorar a região.

As Cartas Régias ofereciam vassalagem àqueles que se rendessem, enquanto instituía o cativeiro aos prisioneiros das guerras por um período de até 15 anos, a contar da data do batismo³. As situações de cativeiro desenvolveram-se através da história da conquista do território Jê de forma articulada aos processos de guerra, migração ou aliança.

Após as lutas de 1808 a 1812, muitos grupos Kaingang foram para o aldeamento, ou melhor, para a guarda militar de Atalaia. Muitos outros grupos de famílias fugiram, ocasionando novas disputas em outros territórios.

As condições do aldeamento foram marcadas pela violência da conquista dos campos de Guarapuava:

“A 7 de Agosto de 1812 tivemos a felicidade e satisfação de ver entrar, pelo abarracamento da Atalaya, estes bárbaros com suas mulheres, e filhos, voluntariamente rendidos, e na intenção de habitarem conosco. A sua corporação, contada por indivíduos, constava de 312 pessoas; e continha duas Nações, uma de Camés, ou Camens, outra de Votorons.”⁴

Em 1831, a Assembléia Geral Legislativa do Império revogou as disposições sobre o cativeiro de indígenas das Cartas Régias de 13/05/1808, de 05/11/1808 e de

³ Carta Régia de 24/08/1808 e 05/11/1808. In: Cunha, 1992:61-64.

⁴ Memória de Francisco das Chagas Lima. RIHGB, RJ, t.IV, n. 13, PP.43-64, abril, 1842.

2/12/1808, estabelecendo novas bases para o trabalho e controle das populações indígenas:

“Art. 1º - Fica revogada a Carta Régia de 05/11/1808, na parte em que mandou declarar a guerra aos Índios Bugres da Província de São Paulo, e determinou que os prisioneiros fossem obrigados a servir por 15 anos aos milicianos ou moradores, que os apreendessem. [...] Art. 3º - Os índios todos, até aqui em servidão, serão dela desonerados. Art. 4º - Serão considerados como órfãos, e entregues aos respectivos juízes [...] Serão socorridos pelo Tesouro se preciso, até que os Juízes de Órfãos os depositem onde tenham salário ou aprendam ofícios fabris.”⁵

Sabemos que a revogação legal destas práticas necessariamente não correspondeu às realidades locais. O Ato Adicional de 1834 consagrou as formas regionais nas relações de trabalho, ao ceder poderes às Assembléias Provinciais em relação à política para com os indígenas.

A experiência com a sociedade ocidental, através de redes de comércio ou de subordinação, principalmente, a servidão e escravização após as guerras ofensivas entre 1808 a 1812, geraram atitudes defensivas dos indígenas, como também formas ambíguas das relações amistosas, uma vez que estas foram geradas a partir do jugo militar. Os novos moradores os atacavam, neste caso, principalmente os militares, mas também desenvolveram com os nativos relações produtivas e alianças políticas.

Ao longo do século XIX, as alianças políticas dos nativos com o poder público intensificaram-se, bem como suas relações com os moradores locais. Apesar da violência e imposição da ocupação portuguesa e da generalização de ataques mútuos entre as populações nativas e os moradores locais durante a colonização, houve também acordos de trabalho com os fazendeiros e extrativistas da região do planalto e encosta da serra, em diversos arranjos que compunham com interesses dos indígenas, com, ou sem uma aliança concomitante com o poder público. As alianças tecidas entre nativos e ocidentais eram instáveis e dependiam de circunstâncias específicas, havendo, entre os grupos nativos, divisões internas sobre quais estratégias seguir na intenção de inserir-se na sociedade em formação, no intuito de preservar-se política e socialmente.

Ainda nas primeiras décadas do século XIX, no Rio Grande do Sul, os Kaingang passaram a fazer acordos com fazendeiros próximos e alianças com o poder público, a

⁵ Lei de 27/10/1831. In: Cunha, 1992, p. 137.

partir de meados do mesmo século⁶. Assim, o aldeamento de grupos Kaingang no Planalto do Rio Grande do Sul foi possível tanto pelo uso da força, quanto através de alianças já construídas entre estes e moradores locais. Estas ligações específicas e contextuais passaram a mediar as relações com o poder público provincial.

Tais relações foram firmadas, principalmente, com os primeiros fazendeiros estabelecidos nos campos do entorno da Serra Geral e, apesar das circunstâncias conflituosas em que se engendraram, muitas vezes estavam em acordo com as regras sociais e interesses dos Kaingang. Exemplos dessas relações foram aquelas desenvolvidas pelos Kaingang com o “bugreiro” José Domingues de Oliveira e com o “pardo” José Manoel Quadros. Outras, baseadas na cooptação de indígenas para o trabalho produtivo, foram correntes e aumentaram ao longo do século.

Destas, destacamos as relações dos grupos do Pay-bang Fongue, com os pay Portela e Prudente, com José Joaquim de Oliveira, genro de David dos Santos Pacheco, que possuíam grandes fazendas e invernadas na região.

Com base na Carta de 17/7/1844 do Pe. Sató, Pérez descreve a jornada dos missionários para fazer uma “entrada” aos Bugres:

Partió, pues, el P. Superior com los PP. Calvo y Cabeza com dirección á Cruz Alta, Villa municipal, situada muy en el interior sobre la sierra del Tape, y que da entrada á los bosques frecuentados por los indios bugres. [...] el penetraba hasta una estancia no lejana de las tolderías de los indios, de donde partió com el dueño de ella al sitio llamado Guarita, que es la maior altura que se conoce en aquellas cercanías, [...]. Allí encontró á los indios con sus caciques, que eran los mismos que un año antes se habían presentado de paz al Teniente D. José Joaquim Oliveira, que acompañaba al P. Parés. (Pérez, op. cit.: 467-8).

José Domingos Nunes de Oliveira⁷ auxiliava tropeiros e fazendeiros no trato com os indígenas, permitindo a passagem das tropas. Este fazendeiro amigo dos indígenas é o mesmo com que a missão do Pe. Sató contactou, permitindo sua passagem. Conforme relata Rafael Perez:

⁶ Correspondência de 19/05/1848 do subdelegado de polícia de Passo Fundo ao Diretor Geral das Aldeias. Maço 2, Lata 299-AHRS.

⁷ Este indivíduo foi um forte criador e tropeiro de gado no Mato Castelhana. (Inventários de Passo Fundo-121- n°22, Maço1 - APERS).

Según el rumbo que debían seguir, tenían que pasar por varios de los puntos poco ántes misionados, y el primero era el Piñar, cuyo dueño D. Domingos Parera, verdadero patriarca de aquellas comarcas, [...] fue á Porto-Alegre á llevar á los Padres [...] continuando de nuevo su marcha acompañados de Parera, [...] y de unos quince ó má jinetes, lo cual no era solo caballerosidad, sino precaución necesaria contra los indios salvajes que vagan por las montañas y despojan y matan á los caminates. (Carta de 11/04/1844 do P. Sató ao Superior P. Antonio Morey. In: Pérez, op. cit.: 322-3).

Também os índios que se reuniram no aldeamento de Nonohay mantinham relações com os moradores locais, alguns destes grupos, devido ao processo de ocupação da região de Guarapuava, a partir de 1812, e em Palmas, a partir de 1839. Populações que viviam na região de Palmas e nas margens do Alto Uruguai à época das “guerras justas” mantiveram contatos conflituosos e/ou de alianças transitórias tanto com o estado quanto com particulares, até o final da década de 1840, quando começa o processo de aldeamento na Província do Rio Grande de São Pedro. Este foi o caso do grupo de Pedro Nicafim (ou Nicofé), e também de Vitorino Condá, que atuou nas Províncias do Paraná e do Rio Grande de São Pedro.

Vitorino Condá, chefe Kaingang que havia crescido no povoado de Guarapuava, tendo fugido deste aldeamento, e se estabelecido mais tarde com sua família no aldeamento de Nonoai por curto período, manteve, entretanto, suas relações com certos moradores e agentes do poder em Guarapuava. Assim, exercia funções devido ao seu conhecimento da área e ao poder de negociação junto a outros grupos indígenas⁸.

Joaquim da Silva Portella, quando à frente da direção do aldeamento de Nonohay, informava que indígenas frequentemente encontravam-se agregados “nos fundos” de fazendas, geralmente com o consentimento dos ditos proprietário destas. (Correspondência de 19 de Junho de 1848. De Joaquim da Silva Portella a José Joaquim d’Andrade Neves, Lata 299, maço 2 - AHRs). Em 1848, em fase de negociações para convencer os índios a retirarem-se para o aldeamento, os índios eram muitas vezes encontrados em fazendas próximas:

Participo a V. Sa. que no dia 1º de Junho tomei posse dos Índios e Aldeia de Nonohay, [...]. Logo de vereda segui à Fazenda do Butiá,

⁸ Ver Lúcio Mota (1994).

aonde estavam também aldeados cento e quarenta Índios, e os seduzi a irem para Nonohäy acompanhados de seus Capitães, que espero não faltarão à promessa que me fizeram de logo seguirem. Fui nos Campos do meio, e levei em minha companhia o Capitão Pedro de Nonohäy, para melhor me ajudar a seduzir aqueles que estavam aldeados junto à Casa do Quadros, a se reunirem a Aldeia de Nonohäy, como de fato efetuei essa Comissão, e comigo mesmo vieram ontem até o pouso, e hoje seguem para a Aldeia onde lhe destinei, indo também o principal Capitão Nicoffé. Não tenho deixado de esforçar-se em os reunir, já prometendo uma e outra coisa, e assim os tenho levado com felizes resultados, [...]. Correspondência de 11/08/1848, Lata 300, maço 3 – AHRs.

Também no Campo do Meio havia o fazendeiro Manoel de Quadros, o qual mantinha relações amistosas com os indígenas Kaingang que habitavam a região. Em correspondências do diretor geral das Aldeias e da subdelegacias de polícia de Passo Fundo, este fazendeiro é referido como sendo pardo.

Manoel de Quadros, morador no Campo do Meio em dias do mês de Abril p.p. sacrificou sua vida entranhando-se no Sertão sobre as margens do Rio Taquarý, até os Toldos dos Indígenas, e conseguiu que os Caciques Nicafé, Chico, Maneco, e Dobre, todos com suas hordas, o acompanhassem, com o desígnio de aldearem-se no Campo dele Quadros; e assim estão praticando. [...] fui vê-los, e observei com admiração a confiança que depositam naquele homem tanto que o respeitam com se ele fora um de seus principais caciques. [...]. Um Bugre que a eles serve de intérprete assegurou-me que não tardaria a chegar ali um Cacique de nome Braga com doze Casais que vem aldearem-se com as que ali estão [...] e aqueles Caciques Nicofé, Chico, Maneco, queriam ir á Porto Alegre ver a Cidade em companhia de Quadros. Este homem é pobre e tem feito despesas superiores a suas forças, a fim de atrair os Bugres; (Correspondência de 19/05/1848 de Joaquim Fagundes dos Reis - Subdelegado de Polícia do distrito de Passo Fundo ao Diretor Geral das Aldeias da Província maço 2, lata 299 – AHRs).

O Relatório do Diretor Geral dos Aldeamentos da Província, José Joaquim de Andrade Neves ao Tenente General Francisco José de Souza Soares d'Andréia, presidente da Província comenta as relações entre ocidentais e nativos no aldeamento de Nonohay e nos toldos próximos:

“se pessoas pouco prudentes não tivessem incutido idéias de terror, dizendo que se os domesticavam era para matá-los, o que foi

facilmente acreditado. Deste Aldeamento, retiraram-se muitos para o lugar chamado= Campo do Meio= protegidos pelo pardo Manoel José de Quadros, a quem muito estimam e o denominam seu Capitão.”⁹.

Apesar dos acordos, estes eram dinâmicos, ou seja, dependiam de circunstâncias específicas bem como da disposição de cada grupo em negociar. Os grupos indígenas geralmente apresentavam-se a fazendeiros ou agentes do governo para negociações em representações compostas de apenas uma parcela do grupo, o que pode significar a manutenção de um costume habitual – o de que quando parte do grupo se ausenta, algumas famílias permanecem nas aldeias ou toldos. Também poderia, em outras ocasiões, demonstrar uma cisão no grupo, mediante a decisão de se aldearem ou acordarem com os brancos. (Correspondência de 19/05/1848, lata 299 maço 2 – AHRs).

Nas correspondências dos diretores de aldeamentos evidenciam-se as características destas relações com os fazendeiros locais: os índios eram muito apreciados para o trabalho nos ervais, sendo que, durante todo o período, os indígenas de Guarita “especializaram-se” neste trabalho, empregando-se como jornaleiros aos ervateiros da região.

Entretanto, pretendemos afirmar que relações entre indígenas e fazendeiros/ervateiros da região desenvolveram-se antes do processo de aldeamento no século XIX, uma decorrência da atividade produtiva ocorrida no período missioneiro. Em meados de 1834, uma comitiva que estava fazendo erva-mate em um Capão próximo ao Serrato nos Campos de Santo Anjo foi atacada por indígenas –“selvagens”-, sendo que o juiz de paz informou em sua correspondência ao Presidente da Província que: “dizem os da Comitiva, que se escaparam, que os Selvagens no acometerem a eles gritavam, dizendo, fora ladrões de que há suspeita terem alguns índios, que foram catequizados.”(AHRs – Justiça – Cruz Alta sede – 1834-1862 – Juízo de Paz).

Este encontro nos leva novamente a considerar que os grupos nativos que habitavam a região continuaram a explorar a erva-mate, riqueza da região introduzida pela economia missioneira, após a conquista lusa. Os índios provavelmente se referiram

⁹ Diretoria Geral dos Índios. Correspondência ativa de José Joaquim de Andrade Neves, 1º. de janeiro de 1849 – AHRs.

aos ervateiros como “ladrões” porque consideravam o erval, ou o próprio território como seus.

Os indígenas aldeados em Nonohai e na Guarita eram escalados para o trabalho de abertura de estradas e outras obras públicas na região do Alto Uruguai. Trabalhavam também na colheita de erva-mate nos aldeamentos e, especificamente em Guarita, sua produção foi elevada e chegou a ser comercializada pelos próprios indígenas. Também trabalhavam na colheita e beneficiamento diretamente para ervateiros, recebendo salários em dinheiro ou gêneros. O emprego sazonal na colheita da erva-mate parece ter sido uma atividade de destaque para os indígenas das proximidades dos rios Iguazu, Uruguai e Paraná, e bem observado por relatos e documentos contemporâneos¹⁰.

Quando já os indígenas do aldeamento da Guarita desenvolviam a agricultura e o fabrico de erva-mate, seu diretor recomendava à presidência a criação e manutenção de uma companhia de pedestres no mesmo aldeamento para “obrigar aos selvagens a se aldear”. (AHRs, Lata 299, maço 2. Relatório de 1º. de janeiro de 1850 do diretor interino da Guarita ao Presidente da província). Assim, os indígenas aldeados constantemente afastavam-se do aldeamento, seja para realizar migrações entre diversos toldos onde habitavam parentes, seja para trabalhar em atividades produtivas sazonais na região.

As relações políticas entre os nativos do chefe Fongue e o governo

Havia, desde a sua formação, nítidas diferenças entre os aldeamentos de Nonohai e da Guarita. Enquanto no primeiro, as negociações foram estabelecidas durante a construção de uma estrada que atravessaria o Rio Uruguai, sendo bastante conflituosas. Resultaram na formação de um aldeamento constantemente esvaziado pelos grupos indígenas, implicando na baixa produtividade mencionada pelos diretores, e, quando da reunião da maioria dos Kaingang nesta aldeia, em 1853, os conflitos entre indígenas, bem como com fazendeiros que se apossavam dos campos destinados ao aldeamento, foram intensificados.

¹⁰ Correspondência de 10/12/1848 do diretor de Guarita ao Diretor Geral, Lata 299, Maço 2 – AHRs.

Foi constante durante todo o período o pedido dos diretores de Nonohay e do Diretor Geral por uma força de Pedestres que fosse estabelecida no próprio aldeamento. Entretanto, a existência de uma força repressora nos aldeamentos foi realmente efetivada através das necessidades do distrito que se formou em torno da Aldeia de Nonohay. Efetivamente, o aldeamento sempre serviu para promover a exploração produtiva e os campos em seu entorno foram apossados por fazendeiros. Principalmente as estradas que levavam ao distrito da Palmeira e à província do Paraná, demonstram a ligação produtiva entre os aldeamentos de Nonohay e da Guarita e os ervais. (Correspondência do diretor Geral ao presidente da Província em 4/12/1864 – AHRS, Catequese, Lata 299, maço 2).

O aldeamento de Guarita, por sua vez, foi formado a partir de relações amistosas já estabelecidas entre o grupo do chefe Fongue e um morador da região. Quando aldeados, os indígenas da Guarita especializaram-se na colheita da erva-mate, tendo os próprios indígenas, por diversas vezes, comerciado seu produto na fronteira de Itaqui. Esta aldeia foi considerada bastante produtiva em relação aos outros aldeamentos, seja na agricultura, seja na produção e comércio da erva-mate. (AHRS - Correspondência de 10/01/1850, lata 299, maço 2).

Isto foi possível devido aos interesses do morador particular que intermediou o contato com o governo e, mais tarde, foi diretor da Guarita, sendo também diretor Geral por curto período, foi o indivíduo que por mais tempo permaneceu na função de diretor de aldeia. Ele próprio explorava os ervais, tendo os indígenas como parte de seus trabalhadores em emprego sazonal. Quando à frente da diretoria da Guarita, tornou este o negócio do aldeamento.

Assim, o aldeamento da Guarita foi sempre considerado um empreendimento de “sucesso” por sua produtividade e bom emprego. No final da década de 1850, o grupo aldeado na Guarita começa a estabelecer relações mais estreitas com o poder público da Província e do Império.

Desta forma, pretendemos analisar mais detidamente as relações harmônicas desenvolvidas entre determinados chefes indígenas e os poderes provincial e imperial. Assim, privilegamos o estudo da trajetória do grupo do chefe Fongue que viveu na região de Guarita.

Em 1850, em relatório das aldeias enviado ao Ministro do Império, o diretor geral afirma que o aldeamento da Guarita estava em ordem e os indígenas desejosos de ali permanecerem que os mesmos queriam provar isto conhecendo o próprio Imperador: “dois de seus chefes pediram-me licença para irem a essa Corte beijarem a mão a S. M. o imperador, conhecê-lo...” (AHRS, Correspondência de 28/10/1850, Lata 300, maço 3).

O chefe indígena Antônio Prudente, filho do antigo chefe da Guarita, Fongue, desde pelo menos o início do ano de 1850 passou a intermediar as negociações com o governo, sendo que sua habilidade junto aos indígenas foi reconhecida, bem como a sua boa disposição em continuar a aliança tratada anteriormente.

No final de 1850, o chefe Antonio Prudente e Antonio Moreira foram até a Corte do Rio de Janeiro no intuito de conhecer e reafirmar sua aliança com o próprio Imperador:

“Em 9 de novembro de 1850, prevenindo que depois de serem vestidos o Cacique Antonio Prudente e seu companheiro, ordenou que seguisse para a Corte a fim de serem aprestados a S. M. o Imperador. [...] Em 4 de fevereiro comunicando que partem nesta ocasião para Rio Pardo os Índios Antonio Prudente, e o seu companheiro Antonio que foram beijar a mão de S. M. o Imperador...” (AHRS – Catequese. Ofício de 3/06/1851, Lata 300, maço 3).

Nesta visita, aos dois indígenas foram concedidas pelo Imperador as patentes de capitão a Antonio Prudente e a de tenente a Antonio Moreira, em clara preparação para conseguir praças para atuar na campanha contra Rosas.

Desta forma, durante o período de “alistamento” para o combate, foram intensas as pressões nos aldeamentos para aceder ao mesmo. O tenente José Joaquim de Oliveira, diretor da Guarita, e na ocasião atuando como interino no aldeamento de Nonohay, recomendou ao Conde de Caxias que lhes desse um instrutor “moderado e prudente para os disciplinar”, quando estivessem no regimento.

Eu pude conseguir do Aldeamento a meu cargo que saíssem voluntariamente 63 índios, mas sedo tempo de fazerem plantações, não permiti que seguissem todos, e só sim 42 praças ao Mando do Capitão Indígena Antonio Prudente, os quais seguem desta Vila [acolhidos] ao Corpo do Tenente Coronel João Batista de Moreira Melo, em quem achei toda a coadjuvação, [...] Eu afiançei aos Bugres que teriam vencimentos de soldo Além do Capitão Antonio

Prudente e o tenente Antonio Moreira, que sua Magestade o Imperador se serviu elevá-los, quando foram à Corte, não me pude [deixar] de prometer a João Portella, que V. Exa. lhe mandaria abonar o soldo de Alferes, a Vitorino [...] o de sargento e a Manuel Fongue o de cabo, pois tendo estes Indígenas algumas pessoas em quem pudessem influir para marcharem.” (Correspondência de 09/10/1851, Lata 300, maço 3, AHRs, Catequese).

Em 1851, na companhia de 42 índios, o chefe Prudente foi adicionado ao Corpo de Guardas Nacionais da vila da Cruz Alta para apresentarem-se ao Conde de Caxias, então em campanha contra Rosas na Argentina. (Correspondência de 1º. de outubro de 1851 do diretor interino da Guarita ao presidente da província. AHRs. Catequese, Lata 299, Maço 2). Os indígenas deveriam permanecer no Exército durante quatro meses, sendo que o diretor interino de Nonohay se comprometia a juntar dali entre 60 a 70 voluntários para substituir aqueles que voltassem.

Percebe-se que os indígenas fizeram exigências para irem à guerra do Império brasileiro, mas também que a decisão de lutarem não foi assim tão voluntária quanto o fez parecer Oliveira, uma vez que muitos indígenas foram convencidos por seus chefes devido às vantagens que com tal atitude poderiam obter, deixando-os cada vez mais longe da situação de conquista e ocupação de suas terras.

Em 1865 os indígenas do “toldo Fong” Antonio Portella, Manoel Feliciano e Manuel da Silva dirigiram um memorial ao Presidente da Província Francisco do Rego Barros apresentando-se como “voluntários no exército”. O memorial informa que estes peticionários reuniriam entre 150 e 200 indígenas da “tribo ou toldo Fong” para servirem como infantaria montada na guerra do Paraguai. Ainda, lembrava ao Presidente que “em 1851 já da mesma tribo 40 homens serviram as ordens do Capm. Prudente, hoje falecido, assim como que nessa mesma ocasião também serviu o primeiro dos peticionários.” Assim, Antonio Portella foi nomeado capitão, Manuel Feliciano tenente e Manoel da Silva para alferes do Corpo de infantaria montada formado pelo cerca de 200 Kaingang do toldo Fongue, sob o comando último do capitão Tiburcio Alves de Siqueira Fortes.

Apesar de serem identificados como pertencentes do toldo Fongue, estes indivíduos estavam no aldeamento de Nonoai, no Toldo de Baixo, parte destinada àqueles que foram reunidos neste aldeamento a partir do final da década de 1850. Ainda

assim, permaneciam em relações diferenciadas com o poder público. Às famílias daqueles assentados nestes corpos militares foram destinados artigos essenciais e mantimentos até a primeira colheita vindoura, ou seja, durante o período de serviço no exército brasileiro.

A partir de suas relações com os fazendeiros locais, o grupo de Fongue e seus descendentes desenvolveram alianças políticas vantajosas com o governo provincial e imperial de forma destacada. Entretanto, o próprio Regimento das Missões de 1845, que passou então a regular o estabelecimento de aldeias indígenas e também as relações entre indígenas e colonos, e a Lei de Terras de 1850, regulada em 1854, trouxeram mudanças significativas para as relações políticas entre os nativos e o poder público da província. A partir da declaração desta lei, fazendeiros avançaram sobre as terras dos aldeamentos, declarando posse anteriormente havida. (Relatório do Diretor Geral em 1º. de janeiro de 1853. AHRN, Catequese, Lata 300, maço 3).

Assim, mesmo em vista de sua trajetória política de alianças com o Império, os indígenas da Guarita foram deslocados para o aldeamento de Nonohay, mas muitos continuaram estabelecidos próximos à Guarita, em locais próximos aos ervais de Santo Anjo, mas então em situações de ampla disputa pelo território com novos moradores.

Considerações Finais

Podemos dizer que as circunstâncias específicas que foram determinantes na formação dos aldeamentos de Guarita e Nonohay igualmente determinaram o sucesso de ligações sociais e políticas entre os nativos e o poder público. O aldeamento de Nonohay foi constituído no momento em que o governo abria uma estrada para ligação entre as Províncias do Rio Grande e de São Paulo. O aldeamento destes grupos foi também marcado pela experiência dos grupos de Guarapuava e Palmas, submetidos através da “guerra justa”. Estes grupos também estabeleceram alianças com moradores e o governo, mas estas não foram tão bem trabalhadas como no caso do grupo de Fongue.

O grupo de Fongue parece haver estabelecido suas relações amistosas com os fazendeiros locais durante o período de reorganização política e social do território, após a conquista das Missões, por meio da intenção comum de explorar uma riqueza econômica. Percebe-se que os acordos estabelecidos então foram tanto vantajosos para

os fazendeiros quanto para os indígenas, os quais construíram uma trajetória interessante de alianças políticas com moradores particulares e com o governo.

As relações sociais e políticas entre grupos nativos e ocidentais estavam englobadas nas formas sociais em conjugação, sendo, assim, referenciadas às normatizações sociais próprias à de cada grupo envolvido. Porém, as alianças ou os conflitos entre diferentes comunidades eram determinadas por contextos históricos específicos, nos quais a dimensão política influenciou sobremaneira.

Referências Bibliográficas

Fontes Documentais

- ARQUIVO Histórico do RS. *Assuntos Religiosos* – Clero Católico – Paróquias – 1.4 Nossa Senhora Aparecida de Passo Fundo. Clero 1845. A.R. Lata 08, Maço 16.
- _____. *Catequese dos Índios* - Correspondência ativa e passiva. 1845 a 1860. Lata 299, Maço 1.
- _____. *Aldeamentos dos Índios* – Correspondência ativa. 1848- 1857. Lata 299, Maço 2.
- _____. *Diretoria Geral dos Índios*. Correspondência ativa e passiva. 1848 – 1889. Maço 3, Lata 300; Maço 4 – Lata 299).
- _____. Diversos Papéis. 1850-1881. Lata 299, Maço 5.
- _____. Autos de Legitimação de Posse. 1872/1874.
- _____. *Relatórios do Presidente da Província*. Porto Alegre, 1845 – 1872.
- _____. Polícia maço 48. Sub-delegacia de Polícia. Passo Fundo. Correspondência expedida-1846-1855/56-1870
- _____. Justiça – Juízo de Paz:
- processos. Cruz Alta – 1847 – maço 063;
 - correspondência. Cruz Alta – 1834 – maço 010;
 - processos. Rio Pardo – 1812-1862 – maço 035;
- Arquivo Público do Estado do RS – Inventários *post-mortem* do Cartório de Orphãos e Ausentes de Passo Fundo -1854.
- AVISO de 09/08/1945 – Sobre a compra dos filhos dos Indios. In: CUNHA, USP, [c.1992].
- CARTA Régia de 24/08/1808 – Sobre a guerra ofensiva contra os Indios Botocudos. In: CUNHA, [c.1992] p. 61.
- CARTA Régia de 05/11/1808 – Sobre os Indios botocudos cultura e povoação dos campos gerais de Curitiba e Guarapuava. In: CUNHA, USP, [c.1992]: 62-64.
- CARTA Régia de 01/04/1809 – Approva o plano para de povoar os campos de Guarapuava e de civilizar os indios Bárbaros que infestam aquelle território. In: CUNHA, USP, [c.1992]: 69-72.
- CORRESPONDÊNCIA de 09/11/1780 – Veiga Cabral ao Vice-rei Luiz de Vasconcelos. In: DUARTE, Manuel. A irrupção dos índios no distrito de Baqueria, em 1779. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Ano XXV, n. 97: 33 -35, 1º trimestre, 1945.

DECRETO n. 426 de 24/07/1845 – Contém o Regulamento das Missões. In: CUNHA, USP, [c.1992] :191-199.

LIMA, Francisco das Chagas. Memória sobre o descobrimento e colonização de Guarapuava. *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, t. IV, n.13, pp43-64, abril, 1842.

Fontes Impressas

CASTRO, Evaristo Affonso de. *Notícia descritiva da Região missioneira na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. Cruz Alta: Typographia do Commercial, 1887.

CORTESÃO, Jaime. (org.) *Antecedentes do Tratado de Madri: Jesuítas e Bandeirantes no Paraguai (1703-1751)*. Rio de Janeiro: v. VI. Biblioteca Nacional, 1955.

DREYS, Nicolau. *Notícia Descritiva da província do Rio Grande de São Pedro do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1961.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Maria R. Celestino de. *Metamorfoses Indígenas. Identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

BAPTISTA, Jean; SANTOS, Maria Cristina dos. Reduções Jesuíticas e povoados de índios: controversias sobre a população indígenas (séc. XVII-XVIII). *Revista História Unisinos*. V. 11.n. 2. Maio/Agosto, 2007. Pp.240-251. Disponível em [http://liderancas indigenas.net/](http://liderancas.indigenas.net/). Acesso em 04/03/2010.

BOCCARA, Guillaume. Mundos nuevos en las fronteras del Nuevo Mundo. *Relectura de los Procesos coloniales de etnogénesis, etnificación y mestizaje en tiempos de globalización*. CNRS-CERMA, 2001. [www.ehess fr./cerma](http://www.ehess.fr/cerma) em 21/03/2001.

CUNHA, Manoela Carneiro da. Legislação indigenista no século XIX: uma compilação (1808-1889). São Paulo: USP: Comissão Pró- Índio, [c. 1992].

FARAGE, Nádia. *As muralhas do sertão: os povos indígenas do Rio Branco e a colonização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra/ANPOCS, 1991.

GARCIA, Elisa. *As Diversas Formas de Ser Índio: Políticas Indígenas e Políticas Indigenistas no Extremo Sul da América Portuguesa*. Tese de Doutorado, UFF, 2007.

LAROQUE, Fernando da Silva. Lideranças Kaingang no Brasil Meridional (1808-1889). São Leopoldo: *Antropologia* n.56, Instituto Anchieta de Pesquisas, 2000.

MANDRINI, Raúl J. & ORTELLI, Sara. Una Frontera Permeable: Los indígenas pampeanos y el mundo rioplatense en el siglo XVIII. In: *Fronteras: paisagens, identidades*. GUTIÉRREZ, Horacio, NAXARA Márcia R. C. e LOPES, Maria Aparecida de S. (orgs.). Franca: UNESP; São Paulo: Olho D'Água, 2003.

MONTEIRO, John. *Negros da Terra: Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. SP: Companhia das Letras, 1994.

MOTA, Lúcio. *As guerras dos índios Kaingang. A história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924)*. Maringá: Ed. Universidade Estadual de Maringá, 1994.

PÈREZ, Rafael. *La Compañia de Jesus restaurada em La república Argentina y Chile, El Uruguay y el Brasil*. Barcelona: Imp. Henrich, 1901.